

Pandemia e guerrilhas estéticas: (des) educação e processos de subjetivação

RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES*

Resumo: Neste ensaio, busco refletir sobre o momento atual de pandemia e suas relações com a construção estética da colonialidade do poder, dando enfoque ao estado securitário e a necropolítica. A partir destas análises, proponho possibilidades, a partir da cartomoqueca (um operador que se constituiu desde a cartografia e a moquecagem), modos de enfrentamento político de guerrilha, por meio de uma (des) educação da estética colonial, incorporando o gaguejo, contágio, poranci, hilo fino e o desmassacre como ingredientes para cozinhar o real presente.

Palavras-chave: Covid-19; Colonialidade; Resistência coletiva; Política.

Pandemic and aesthetic guerrillas: (un) education and processes of subjectification

Abstract: In this essay, I reflect on the current moment of the pandemic and its relations with the aesthetic construction of the colonality of power, focusing on the security state and the necropolitics. Based on these analyzes, I propose possibilities, based on cartomoqueca (an operator that has been constituted since cartography and moquecagem), ways of guerrilla political confrontation, through a (un) education of colonial aesthetics, incorporating stuttering, contagion, poranci, hilo fino and demassacre as ingredients to cook the real present.

Key words: Covid-19; Coloniality; Collective resistance; Politics.



* **RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES** é psicólogo, professor, artista, produtor cultural e ativista. Docente dos Programas de Pós graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (UFSB), Educação (UFBA) e Psicologia (Unesp/Assis). E-mail: rafaorlando@gmail.com



Neste ensaio, proponho uma cartomoqueca das condições atuais da pandemia de SARS-Cov2 ou Covid19 ou Coronavírus ou o processo colonial que se constrói nas e pelas pandemias. Digo cartomoqueca porque, num dia desses, enquanto me encontrava com artistas de distintos lugares da América Latina, numa plataforma que se forja desde os feminismos e está sediada no México, a FrentA¹, durante o evento “Habitar la incertidumbre”, me dei conta, enfim, das estreitas relações entre cartografia e moquecagem, transformando-se aqui no meu operador cognitivo para organizar o que me proponho a discorrer.

A cartografia que aqui nomeio (DELEUZE; GUATTARI, 1995) se constitui como um modo de mapeamento de perceptos e afectos que subverte o modelo árvore-raiz, propondo o funcionamento rizomático, que exerce efetivamente a liberdade, já que é mutável, construindo linhas para múltiplos sentidos, diferentemente do

¹ Mais informações podem ser consultadas na página do Facebook da FrentA: <https://www.facebook.com/frentamx>

mapa visto como decalque. Cartografar, nesse sentido, não é decalcar o que supostamente é a realidade, mas, ao contrário, significa perceber, sentir, analisar, criticar. “O cartógrafo é antes de tudo um antropófago” como ensina a psicanalista brasileira Suely Rolnik (1989, p. 16). Um modo de cartografar que tem habitado meu mundo há algum tempo se dá na moquecagem – ao mesmo tempo um contramétodo anti-colonial, uma pedagogia, uma política de vida. Tenho moquecado por muitos lados, moquequei minha própria vida, construída desde as relações com a alimentação e muita coisa que ela envolve (GUIMARÃES, 2019) e me propus a moquecar a pandemia:

Tradicionalmente feita com peixe, mas também desdobrada em muitos vegetais e frutos: banana, jaca, caju, mamão verde, chuchu, abóbora. Possibilidades muitas. Com ou sem dendê. Com ou sem leite de coco. Com ou sem coentro. Pimentão, salsinha, alho, cebola, tomates, vários tipos de combinações. Apimentadas ou não. Em dia de trabalho, em fim de semana, em qualquer hora do dia. Em todas as

horas do dia. Com qualquer fogo, desde que aqueça. Em folhas de bananeira, direto na panela, em pratos. Uma celebração mutante, em si não-hegemônica, desde suas origens até suas multiplicidades criativas (GUIMARÃES, 2020, s/p).

As linhas nesse movimento rizomático que vou construindo por aqui as faço rasgando os protocolos dos ensaístas, assumo o lugar do cartógrafo que cozinha os conceitos, alude aos cheiros, às cores, à estética da moqueca (gem). A colonialidade, como conceitua o peruano Aníbal Quijano (2005) nos retirou as nossas próprias ferramentas de olhar o mundo, e gostaria de revertê-las em possibilidades: não há para onde voltar, não existe um lugar sem as transformações da colonização. Há linhas de fuga, brechas, *grietas*, fissuras no sistema-mundo colonial-moderno onde podemos habitar... Retorno à frente, para “habitar la incertidumbre”. O que não é incerteza, afinal, frente à certeza do sistema colonial-moderno capitalístico? Cartomoquequemos, pois, este movimento.

Rolnik (1989) chama a atenção para a cartografia *psi*, e nos conclama, cartógrafos, a sermos antropófagos. Antropófagos não são canibais, ao contrário! Como sempre repete um grande amigo, professor e historiador xukuru vivente no território tupinambá de Olivença – BA, Casé Angatu Xukuru Tupinambá, “nós, tupinambás antropófagos não comemos qualquer coisa, precisamos admirar a pessoa”. Conta ele que disse isso a uma antropóloga que ficou com medo de ser devorada pelo seu povo, em Olivença. Não posso precisar se perduram as práticas antropofágicas entre algum dos povos originários, inclusive porque alguns permanecem isolados, entretanto a prática tinha que ver com

incorporações de características e não com perspectivas colonialistas de apagamento de modos de vida.

Como apontou o estadunidense com ancestralidade nos povos originários da América do Norte, Jack D. Forbes (1998), Cristóvão Colombo e os demais colonizadores é que foram canibais, trazendo consigo a patologia uética, um tipo de psicose pandêmica que se alastra desde o início do período colonial até este momento. Sabemos que houve muitas epidemias trazidas pela colonização ao longo destes mais de cinco séculos, entretanto o autor me faz refletir sobre o “[...] consumo da vida de outrem em função de objetivos ou lucros privados” (FORBES, 1998, p. 47), que se contrapõe ao modo originário do respeito aos modos de vida. A patologia uética (ou no original *wetiko*) atravessa gerações, adoecendo as populações, fortalecendo-se nos sistemas econômicos baseados em lucros e na exploração humana e não-humana. Por isso mesmo, proponho esta cartomoqueca vegana, numa posição radical como “[...] alguém que busca a raiz do problema a fim de atacá-lo para encontrar a solução”, nas palavras do ativista vegano Brian A. Dominick (2019, p.11), na tentativa de mapear-refletir sobre os impactos de *wetiko* entre nós, sujeitos nascidos no processo colonial, mas também encontrar as linhas de fuga - de cheiros, cores e sons, sobretudo, para descolonizar, sanar (de tornar saudável) nossa vida cansada desta pulsão psíquica uética canibalística capitalística antropocena. Cartografar moquecando com banana da terra ou jaca ou mamão verde ou caju ou...

Wetiko se encontra com a Covid, pandemias em camadas. O desenvolvimento do capitalismo e a perspectiva do Estado-nação constroem

a democracia securitária, como aponta o cientista político brasileiro Acácio Augusto (2018). O autor explicita como a manutenção do regime autoritário está presente na Constituição de 1988, inclusive denotando como o estado de exceção torna-se o regime da normalidade cotidiana, ampliado com o endurecimento da repressão policial a movimentos sociais e o controle eletrônico cotidiano por câmeras e aplicativos de toda ordem: a suposta ordem democrática e o “Estado de Direito” não existem para a população em geral, e muito menos para quem resiste às normativas do governo dos vivos proposto pelo Estado-nação. Como lembra o filósofo camaronês Achille Mbembe (2016):

As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre” (MBEMBE, 2016, p. 141).

Neste sentido, podemos falar de uma estética da morte. Para a filósofa mexicana Sayak Valencia (2010), ao referir-se ao Estado mexicano, existe não apenas uma perspectiva de Estado, mas pelo menos duas lógicas, a legal e a

insurgente. Como diz a autora, o “Estado paralelo representado por los criminales nacionales e internacionales, reconfigura la biopolítica y hace uso de necroprácticas para arrebatar, conservar y rentabilizar el poder de dar muerte” (VALENCIA, 2010, p. 144). O mesmo ocorre, com cada vez mais força, no Brasil, com o aprimoramento das relações entre o bolsonarismo e as milícias criminais, como aponta Letícia Cesarino (2019) e digitais, como analisa comigo Cleber Braga, artista e pesquisador brasileiro (GUIMARÃES; BRAGA, 2020). Nada mais temeroso para a “*Great América (Again)*” do que ser descoberta como a grande parceira da morte nos outros países, não é mesmo? O crime organizado do México ou do Brasil não estão desconectados de uma máfia internacional, ao contrário, além do já senso comum a ser dito sobre o grande mercado consumidor de drogas nos EUA, há que se observar como as novas máfias se organizam, já que, como considera Valencia (2010), mafiosos contemporâneos se organizam como empresários violentos que gerenciam negócios econômicos de muitos tipos, buscando rentabilidade máxima, sem diferença entre os empresários ditos “honestos”.

A indústria fílmica de *Hollywood*, por sua vez, cria uma narrativa de que a fortaleza estadunidense permanecerá, patrioticamente, pronta a enfrentar todo tipo de ameaça ao bem-estar do povo “americano” – a arrogância estadunidense se auto-intitula de “América”. Eu bem preferia que nos chamássemos de pindorama, *Abya Yala*, América Ladina, é bem verdade, mas ainda estamos nos Atlas Geográficos colonizados como um grande continente chamado América e posso até interpretar como uma forma de resistência não aceitar que os EUA tomem conta deste nome, apesar de

formarem grande parte da máfia no continente. Mas, voltando às narrativas fílmicas: o que dizer da guerra aos zumbis em *Walking Dead*, aos extraterrestres em *Independence Day* e ao meio ambiente em *Twister*? A grande pátria, o Estado-nação ideal, este da liberdade extrema, segue lutando contra as ameaças externas ao “sonho americano”.

Se a narrativa fílmica *hollywoodiana* cria uma fronteira entre o natural e o sobrenatural (zumbis, Ets, forças do meio ambiente), o que dizer dos muros fronteiriços? Em Tijuana, no México (Figura 1), o muro segue mar adentro. Captei com o sol à esquerda, proposadamente. Ouvi, lá mesmo, de Abraham Avila e Ingrid Hernández,

artistas que compõem o *Relaciones Inesperadas*, que muita gente morre afogado tentando atravessar o muro por dentro do mar, e este mesmo é o sentido dele: não deixar que se passe, afogar, deixar morrer, matar. O empreendimento patriótico do Estado-nação securitário (AUGUSTO, 2018), neste caso, tem a mesma força motriz (de morte) aos subcidadãos não-estadunidenses e aos extraterrestres. O mesmo não aconteceu com os resgates em *New Orleans* após o furacão *Katrina*, quando pessoas negras foram deixadas sem salvamento pela polícia? Isso permanece se reascendendo como contranarrativas, em especial de artistas negras, como Beyoncé e Spike Lee.

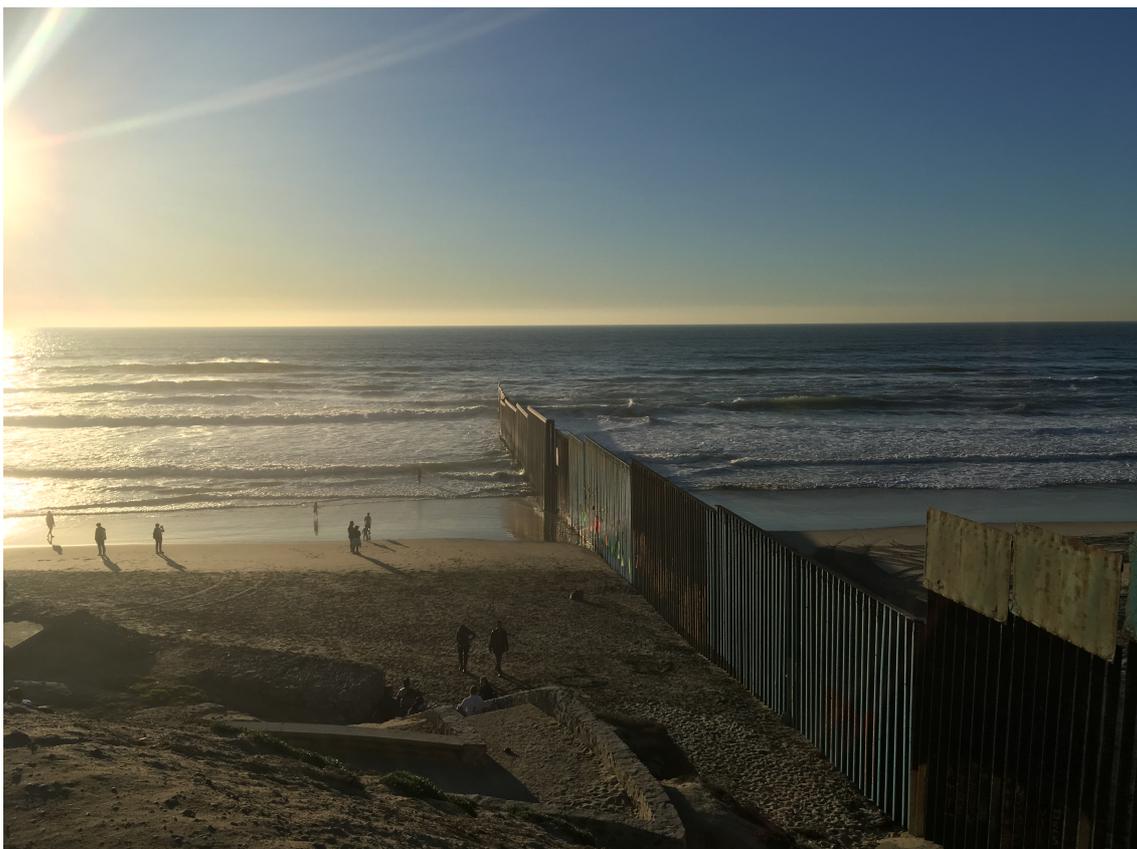


Figura 1. Muro da Fronteira México-Estados Unidos, visto desde Tijuana
Fonte: Acervo do Autor (2018).

Do mesmo modo, como Mbembe (2016) trata do emblema colonial contemporâneo, a Palestina, e seu grande muro que segue invadindo paulatinamente territórios ocupados, no Brasil, Mato Grosso do Sul, Dourados. Em 2019, tirei esta foto do muro (Figura 2) que se levantava e nesse momento deve estar ainda mais evidente. É um muro infinito, como o percebo desde meu olhar, que separa a cidade (o mundo dos brancos) do mundo dos “índios” (do outro lado do

muro, terras indígenas Terena, Guarani e Kaiowá), aquele espaço que os seguranças armados e as câmeras de segurança das fazendas e das usinas não podem separar. Alguma semelhança com as câmeras e os dispositivos do estado securitário? O muro em Dourados não é oficialmente uma política da cidade, mas uma realidade, uma espécie de política extraoficial, que separa os que podem habitar a cidade e os que devem ficar de fora.



Figura 2. Muro construído em Dourados, à beira da Rodovia que separa supostamente os limites da urbanidade e das terras indígenas, onde estive na ocasião a convite da amiga e pesquisadora da UFMT, Dolores Galindo, a quem agradeço pela interlocução.

Fonte: Acervo do Autor (2019)

Casé Angatu, em texto ainda não publicado (2020, s/p) chama a atenção para como este Estado genocida, que constrói muros, está agindo durante a pandemia:

[...] a pandemia ocorre num contexto onde o atual governo federal, além de dificultar a luta

contra o Covid-19, retira direitos dos Povos Originários, contesta a demarcação das Terras Indígenas, sucateia a FUNAI e a SESAI. Além disso, ataca a Natureza e aqueles indígenas que resistem na luta por direitos. Conforme o DETER que é um levantamento feito pelo

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em plena pandemia o desmatamento na Amazônia até abril chegou à 406 km². Este número é 64% maior do que no ano passado no mesmo período (SANTOS, 2020, s/p).

Ele continua, e refuta o posicionamento de que o Estado está sendo omissivo: ao contrário, corroborando com o que estamos refletindo aqui, trata-se de uma ação deliberada do Estado, seja ele em seu braço legal, seja em sua face ilegal. As políticas securitárias, racistas, sexistas, LGBTfóbicas, capacitistas, elitistas seguem reverberando na necropolítica frente a uma pandemia. Muito emblemático, neste caso, a fala do prefeito de Itabuna, na Bahia, ao vivo em rede nacional: “Morra quem morrer”. O importante é o comércio, o capital, a vida de quem pesa menos. Onde for possível construir muros, haverá muros. Na pandemia, o Estado reparte o território, deixa morrer, permite viver. A biopolítica chega ao movimento da ilegalidade – não necessariamente insurgente do ponto de vista produtivo: a milícia chega ao caos da saúde e da assistência via corrupção e houve muitas notícias de recebimento de auxílios de modo criminoso, golpes, crimes de muitas ordens, mais um negócio lucrativo ao empresariado do Estado paralelo em conexão, muitas vezes, com a política do Estado-nação.

Estes movimentos, cartografados aqui, denotam que sempre estivemos em GUERRA. As guerras dos anos 1990 nos Bálcãs, que foram meu objeto de análise (GUIMARÃES, 2007, 2010), assim como de Achille Mbembe (2016) tornam-se emblema para estas guerras no interior dos Estados contemporâneos, já que são guerras pós-utopias, num mundo de ruínas capitalistas e também socialistas, e se transformam em guerras que acabam

com a sobrevivência possível dos inimigos: cidades inteiras queimadas, pontes destruídas, mulheres estupradas, feridas reais, mas também subjetivas que deixam marcas da violência por muito tempo, no decorrer da vida das novas gerações e, mesmo com o “fim” delas, como pude observar em Zagreb, em uma viagem à capital croata, em 2012, a convite do intelectual croata Milan Puh, as novas gerações ainda podem expressar ódio étnico explicitamente. Havia pichações em muros de ódio étnico muitos anos depois do fim da guerra fratricida comandada por Slobodan Milošević.

A guerra funciona. E perdura. Desde o Brasil, a pandemia nos mostra: estamos em GUERRA, uma guerra contra um Estado genocida. É preciso moquear possibilidades de (des)educar estas marcas profundas que atravessam nossos processos de subjetivação, pensar outros possíveis. Há mais guerra no mundo contra estados: Palestina, Curdistão, Zapatistas de Chiapas. caravanas migrantes, insurgências no Equador e no Chile, resistência Yanomami. Repito: estamos em guerra!

Proponho uma moqueagem cartográfica, cartomoqueca, um contra-ataque estético guerrilheiro. Possibilidades desde o interior das (re) existências, de enfrentamento, por meio de outras imagens, cores, sabores, cheiros distintos do churrasco dos macho carnistas (GUIMARÃES, 2020) e seus encontros hegemônicos em torno do poder. Se há outros mundos possíveis, eles nos oferecem imagens, movimentos, moquecam pois. A guerrilha estética que proponho, numa mistura de muitos modos de improvisação moquequeira, é uma guerrilha de grupelhos (GUATTARI, 1986): um mundo onde caibam muitos mundos, uma máxima Zapatista que se

conecta com esta ideia, na qual cada grupelho tem suas pautas e seus modos de ação, mas a multiplicidade os une, não para uma ação comum, mas em muitas linhas políticas de intervenção. Desde esta ideia, moquearei alguns movimentos que penso que podem ser potentes, no sentido de contribuir para uma (des) educação estética guerrilheira, múltipla, criativa, desregrada, improvisada. Outros movimentos mais podem se somar porque outras moquecas são possíveis e uma moqueca é um mundo onde cabem muitos mundos. Trato cada uma dessas imagens como ingredientes desta moqueca.

Gaguejo: de Cleber Braga compa de vidobra dissidente, apanho como ingrediente a operação-imagem do gaguejo. O artista-pesquisador curitibano propõe uma alternativa à espetacularização da cisheteronormatividade, que ele chama de cisheteronormativolândia – essa tem língua certa, bem colocada, signos e significantes próprios:

[...] o que se celebra na cisheteronormativolândia. Uma moralidade bem localizada, de raiz colonial, que tende a ser - no contexto mexicano-brasileiro, para não dizer latinoamericano – branca, machista e cristã. Além de essencialmente carnívora em seus hábitos alimentares (OLIVEIRA, 2019, p. 154).

A língua certa precisa ser ga-gue-ja-da. De sílabas certas, a língua hegemônica espetacularizada está repleta. Juntar palavras, portuñolizar, tupinizar, gaguejar, pensar o (im) possível, um gaguejo é um mundo onde cabem muitos mundos.

Contágio: de Maria Galindo (2020) apanho a proposição de que se enfrentará a pandemia pelo contágio,

pois significa a desobediência às prescrições do Estado genocida, em especial porque prescreve o que é uma atividade essencial e proíbe a manifestação social. Segundo a feminista boliviana, a pandemia serve muito ao Estado e seus modos de controle da revolta e da desobediência, portanto cabe-nos repensar o contágio como sentido comum, de encontro, de potência social, de abandono de abastecimento individual. Ela nos convida: “Não poder respirar é a menor das condenações do coronavírus, mais do que pela doença, pela reclusão, a proibição e a obediência” (GALINDO, 2020, s/p).

Desmassacre: de José Celso Martinez Correa e do Teat(r)o Oficina uso como tempero a proposta de recontar “Os Sertões” em “A Luta II – o desmassacre” como um rito de desmassacre que, ao recontar a Guerra de Canudos, não a narra como um acontecimento de martírio e sim como uma narrativa de ataque, frete também a uma luta enfrentada pelo Coletivo, já conhecida, contra o “Shopping do Silvio Santos”, no bairro do Bixiga:

“Os Sertões” era já uma Vitória desde os conselheiristas que não se entregaram e hoje são a rocha viva, bem viva, mutante da cultura do povo brasileiro, povo universal, em todas as favelas explodindo pra lá da violência, na força da criação da arte do ritmo, do rap, do hiphop, do maracatu atômico, do samba-funk, e que trouxe a nós do Teatro Oficina, o TREP: Teat(r)o, Ritmo, e Poesia (CORREA, 2006, p. 19)

Poranci: para dar ritmo à moqueca, apanho o Poranci, ritual ancestral do povo Tupinambá de Olivença, que faz referência a Jacy (Lua) e é realizado em diversos momentos, como forma de

afirmação étnica. Segundo o educador tupinambá Erlon Fabio de Jesus Costa (2013), o poranci traz elementos católicos, o que ele considera como antropofagia cultural, que ressignifica a religião e também parte da cultura dos colonizadores. No processo de retomada recente dos Tupinambá, o poranci é bastante comum, tanto em situações comunitárias como nos momentos mais políticos de afirmatividade e lutas do povo. Na caminhada Tupinambá, que alude todos os anos ao massacre do Cururupe, o Poranci é para que a ponte sobre o rio caia, simplesmente caia, deixando do outro lado do rio, a pandemia uética dos brancos.

Hilo fino: a fim de ofertar esta cartomoqueca com as cores potentes que ela merece ter e, ao mesmo tempo, dando abertura a outras improvisações, adições, sabores, apanho da feminista comunitária aymara Julieta Paredes (2013) a imagem do “*hilar fino*”. Nas tradições andinas, os *rebozos* (ou chales) coloridos exigem uma trama muito delicada desde suas tradições e representam a memória ancestral e ao mesmo tempo o embate aos propósitos coloniais. O feminismo comunitário se propõe como um modo de olhar, desde a trama e desde as análises internas-externas dos paradoxos do sistema-mundo colonial, a fim de pensar as mulheres neste processo, como se atravessam estas duas narrativas patriarcais. Assim, o feminismo comunitário se dedica também a enfrentar o colonialismo interno.

Moquecar é o que proponho, e aqui cartomoquequei alguns dos possíveis ingredientes e alguns dos olhares sobre o contexto, em diálogo com caros compas de viagem. Ideias para contagiar de muitos modos um mundo em pandemia sistêmica, olhando para outros modos de falar gaguejando, de

ritualizar antropofagicamente, tramar com a sutileza dos pequenos fios, desmassacrar a memória. Nada aqui é receita e não há outro modo que não partilhar de olhares, abrir fendas, fissuras, *grietas*, pensar em mundos onde caibam muitos mundos. A descolonização começou na colonização, porque foi preciso (re) existir, enfrentar... E segue, segue... Wetiko, covid-19, gripe espanhola, varíola. Respondemos com nossos movimentos de criação, e não é utopia, mas realidades possíveis no presente.

Referências

- AUGUSTO, A. Trinta anos esta noite: busca por segurança e medidas autoritárias na Constituição federal de 1988. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 18, n. 3, p. 380 - 391, 31 ago. 2018.
- CESARINO; L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- CORREA, J. C. M. **Os sertões: A luta** (parte II). Programa de Espetáculo. São Paulo: Teat(r)o Oficina, 2006.
- COSTA, E. F. J. **Da corrida de tora ao poranci: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.
- DOMINICK, B. A. **Veganarquismo: liberação animal e revolução social**. 2 ed. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2019.
- FORBES, J. D. **Colombo e outros canibais**. Lisboa: Antígona, 1998.
- GALINDO, M. **Desobediência, por sua causa vou sobreviver**. São Paulo: GLAC edições, jun. 2020. Disponível em: <https://www.glacedicoes.com/post/desobediencia-por-tua-causa-vou-sobreviver-maria-galindo>. Acesso em: 10 nov 2020.

GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GUIMARÃES, R. S. **Identidade e imaginário no cinema contemporâneo: uma análise dos conflitos político-culturais nos Bálcãs**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Araraquara, 2007.

GUIMARÃES, R. S. Itinerário de pesquisa sobre o cinema dos Bálcãs: uma contribuição interdisciplinar. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Cis. Hums.**, Florianópolis, v. 11, n. 98, p. 65-88, jan/jun. 2010.

GUIMARÃES, R. S. Esta moqueca (me) descoloniza. In: LESSA, P.; STUBS, R.; BELLINI, M. (Orgs.) **Relações interseccionais em rede: feminismos, veganismos, animalismos**. Salvador: Devires, 2019, p. 152-164.

GUIMARÃES, R. Moquecar (n)a pandemia. **Pandemia Crítica**, n-1 edições, n. 11, maio 2020. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/071>. Acesso em 10 nov 2020.

GUIMARÃES, R. S.; BRAGA, C. “Meu twitter, minhas regras”: as pautas de costumes na educação bolsonarista. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 1-20, e4568140, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994568>. Acesso em 10 nov 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaio**, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

OLIVEIRA, C. R. B. **Fantasmografias: sexílio, arte e ativismos cuirdecoloniais na transfronteira méxicobrasileira**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, 2019.

PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitário**. México: El Rebozo, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS, 1989.

SANTOS, C. J. F. (Casé Angatu Xukuru Tupinambá). **Povos originários no enfrentamento da Covid-19 e dos maus governos: mais de 500 anos de resistências ao bio-necropoder**. Olivença, 2020. Mimeo.

VALENCIA, S. **Capitalismo Gore**. Barcelona: Meluzina, 2010.

Recebido em 2020-12-17
Publicado em 2021-02-01